

Mensagem do Presidente Médici à Nação na Oportunidade do 7.º Aniversário da Revolução

“Homens e mulheres de meu País

Ao longo de nossa História, os princípios democráticos sempre corresponderam aos anseios mais profundos da alma brasileira, que, em tôdas as Constituições da República, o legislador interpretou no mandamento primeiro de que o povo é a fonte legítima do poder.

Cumprе reconhecer, no entanto, que a realidade de nossa vivência política nunca chegou a corresponder, por inteiro, a êsse ideal, ocorrendo infidelidades, desvios e distorções de que a evidência maior foram os rumos contrários às aspirações e interesses nacionais, marcados de desmandos administrativos e demagógicos, que levaram o povo e as Forças Armadas a fazer a Revolução, cujo 7º aniversário hoje comemoramos.

Eram tão profundos os descaminhos da vontade popular, que a Revolução precisou ser desdobrada, porque se impunha dar ao Govêrno, que dela emergiu para servir ao povo, instrumentos e podêres capazes de realizar as necessárias modificações de nossas instituições e a decisiva aceleração de nosso progresso.

Pôsto que Castello Branco e Costa e Silva lograram alcançar a reorganização de estruturas e processos, que

resultam no alcance dos mais promissores índices de crescimento econômico e de estabilidade política e social, a mim me toca tudo fazer para acelerar o ritmo dêsse crescimento, assim como ter coragem e imaginação para empreender mudanças essenciais à plena realização do ideal de bem-estar do povo, nos lugares e nos hábitos onde até hoje ainda não chegou a Revolução.

A nação é testemunha do empenho de meu Govêrno, desde o seu primeiro dia, em dar prosseguimento a tôdas as medidas que visem à progressiva estabilização da moeda, à crescente expansão do produto nacional e à mais justa distribuição da renda, de forma a que o Brasil seja, afinal, um tecido homogêneo de homens e terras, e não mais o chão de tôdas as desigualdades.

Muito me alentam os resultados obtidos, que se expressam na confiança interna e externa, no fortalecimento de nossa vida econômica, e agora também na convergência de propósitos dos novos governos estaduais e dos membros eleitos do Congresso e das assembléias legislativas, dispostos à conjugação de esforços com o Govêrno Federal que resulte no alargamento e na consolidação da obra revolucionária.

No tempo decorrido entre êstes dois últimos aniversários da Revolução, o trabalho de nosso povo se fêz sempre fecundo. O levantamento das atividades do exercício passado revela um crescimento de 9,5% do produto nacional, que se torna mais expressivo na constatação de que a taxa de inflação foi a mais baixa dos últimos anos, com um **deficit** orçamentário tão insignificante que pôde ser financiado sem emissões. E, o que é ainda mais promissor, a receita de exportações se avizinha dos três bilhões de dólares, resultando em grande **superavit** do balanço de pagamentos e em disponibilidade de reservas superior a um bilhão.

Outros sintomas da expansão de nossa economia são o desenvolvimento do mercado de capitais, o surto da petroquímica e as providências tomadas pelo meu Governo para elevar o parque siderúrgico nacional a uma produção de 20 milhões de toneladas, em 1980, o que representará um incremento de 12% ao ano, dobrando, já, em 1975, a produção das três maiores usinas siderúrgicas do País.

Cumprê destacar também as perspectivas da recuperação do Brasil no mar, pois o nôvo Plano de Construção Naval, bem provido de recursos e nas linhas da renovação seriada das encomendas, resultará na absorção da capacidade de nossos estaleiros e na produção de unidades de grande porte, de forma a garantir a participação crescente da bandeira nacional na livre competição dos transportes marítimos.

Os interesses nacionais também foram salvaguardados com a imposição

de serem feitos no Brasil os seguros referentes ao transporte das mercadorias importadas e com as medidas realistas, que começamos a tomar no sentido do mais fácil acesso de nossa indústria à tecnologia importada, por meio de uma nova política de propriedade industrial.

É imenso o esforço revolucionário quanto à infra-estrutura de energia, transporte e comunicações. Não me refiro, apenas, à integração em marcha, entre tôdas as regiões e todos os brasileiros, nas tôrres de microondas que se plantam e nos caminhos que se abrem — em condições as mais adversas — para que os homens se falem, se encontrem e se entendam. Vejo o desafio de assegurar a energia suficiente para que o Brasil, no ritmo dessa ascensão, não tenha de parar amanhã. Por isso a Nação admira o esforço de seus filhos que, abnegados e anônimos, constroem usinas elétricas nos rios distantes, sondam o petróleo no fundo da terra e no fundo do mar, e atravessam as distâncias, na descoberta da verdade da geografia de nossos recursos minerais, sobretudo do urânio, que haverá de nos assegurar o emprêgo do átomo nas tarefas da paz.

Nunca em nossa História tanto se investiu em Educação e tanto avanço se fêz, em dignificação de professôres, em construção de escolas, em mudança de ciclos e programas e em absorção de novas tecnologias educacionais. Também muito me alenta a colheita no campo da educação de massa, em que o MOBREAL conseguiu alfabetizar 560 mil brasileiros, de 14 a 35 anos, inicialmente nas áreas urbanas e apenas em 6 meses de trabalho, que, em

outras fases, se estenderá às áreas rurais e a outras faixas etárias.

Se não me canso de dizer o meu propósito de tudo fazer no sentido da melhor distribuição da renda nacional, porque uma parcela significativa da população não dispõe de recursos para o consumo e a poupança, advirto que não devemos pretender ampliar, prematuramente, a distribuição, sacrificando o crescimento. É que o consumo **per capita** não crescerá bastante e, além disso, isso resultaria na diminuição da poupança, que proporciona os meios efetivos de incrementar o produto.

Muito menos devemos pensar em transferir essa concentração de recursos dos particulares para o Estado, pois as atividades públicas e privadas têm finalidades convergentes e harmônicas na formação da renda nacional, e a validade e a oportunidade de cada setor só podem ser medidas em padrões de eficiência e produtividade.

A fim de elevar o nível de investimentos em áreas que atualmente não ofereçam atrativos naturais, o Governo vem procurando aperfeiçoar a mobilização de recursos internos, determinado a manter os incentivos fiscais e a fortalecer o mercado de títulos mobiliários, que, democratizando o capital, contribui para a prosperidade da empresa e da própria Nação. A esse propósito, quero ressaltar que a crescente valorização das ações das empresas estatais testemunha a imensa confiança popular nas atividades econômicas de natureza governamental.

Convencidos de que somente o aumento da produtividade poderá elevar o padrão de vida dos trabalhadores,

não voltaremos à política ilusória dos aumentos salariais inflacionários. Preferimos complementá-los com instrumento, a um só tempo de sentido humano e econômico — como o Programa da Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Ao tempo em que se desenvolvem e se integram os núcleos de produção do País, preocupa-se o Governo em qualificar e absorver o grande contingente de mão-de-obra disponível, especialmente no Nordeste.

Em junho do ano passado visitei o povo nordestino, cujas condições de sobrevivência a seca evidenciou serem quase trágicas. Afirmei que o Governo Federal, muito mais preocupado com o nordestino do que com o Nordeste, além da ajuda de emergência, haveria de se empenhar na transformação das estruturas sócio-econômicas. Por outro lado, constatei que, embora o Nordeste apresente áreas de exploração agrícola e mineralógica, em expansão paralela ao surto de industrialização, é preciso proporcionar aos homens das terras mais difíceis o acesso a áreas vazias do território nacional de enorme potencial de colonização.

Assim, ao lado do Plano de Emergência da Seca, que assegurou trabalho e assistência a mais de 500 mil pessoas com a aplicação de 400 milhões de cruzeiros — equivalentes à metade do **deficit** orçamentário — o Governo criou o Programa de Integração Nacional, dotado de recursos da ordem de 2 bilhões de cruzeiros, entre 1971 e 1974, com a finalidade de realizar grandes obras de infraestrutura nas áreas de atuação da

SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia do País.

Em outubro, testemunhei, no marco de Altamira, o início dos trabalhos da Transamazônica e assinalo que a construção da estrada deverá complementar-se com as atividades de reforma agrária e colonização, com a assistência e proteção à vida do homem, e também com o levantamento e a utilização das riquezas minerais, vegetais e energéticas desse imenso mundo em descoberta, fronteira nova de nossa soberania.

Embora o Governo tenha estabelecido uma faixa inalienável de 10 quilômetros de cada lado da rodovia, destinada ao programa de colonização, verifica-se uma corrida às terras devolutas, o que impõe a decretação de novas medidas que assegurem a posse da terra para os projetos governamentais, que já estão absorvendo os primeiros colonos vindos do Nordeste.

Dado que a metade da população brasileira vive no campo, compreendemos que os propósitos de integração nacional não haverão de prosperar sem o desenvolvimento acelerado da agricultura e da pecuária. Daí por que decidimos ampliar e melhorar a assistência técnica e creditícia, garantir os preços mínimos, a armazenagem e o transporte, bem como impulsionar, vigorosamente, uma política de aumento da produtividade. E também julgamos indispensável voltar nossa atenção para o trabalhador rural, dando-lhe condições de sindicalização semelhantes às do trabalhador urbano.

Todos os avanços que, ao longo destes anos, povo e Governo estamos rea-

lizando, estão a demonstrar que são duas as condições a satisfazer para o advento do regime de vida que o nosso povo merece: segurança nacional capaz de sustentar um rápido desenvolvimento econômico e social, e continuada vivência política, que associe Estado e vontade popular.

Acreditamos estar o Governo assegurando a paz para o trabalho. Cumpre-nos a todos, e especialmente à classe política, ter a consciência de que vivemos em um País que não poderia continuar copiando as experiências políticas alheias, posto que tem seus próprios problemas e imperfeições, e que estes problemas devem ser resolvidos e sanadas estas imperfeições, muito mais segundo as suas atuais e específicas realidades, do que no cotejo com outros modelos sociais.

No plano internacional, observamos, nos últimos anos, a tendência de redução do valor da ajuda externa realizada pelas nações desenvolvidas. Preocupam-se em aplicar o seu potencial econômico e científico no sentido de atender aos seus problemas específicos, desatentas ao irrealismo de concepção estratégica formulada em termos nacionais, neste nosso universo já quase sem fronteiras.

Por outro lado, nos países socialistas, por culpa da rigidez — incompatível com a dinâmica do mundo de hoje — de seus dogmas e doutrinas, desdobra-se a crise ideológica, ao tempo em que se difunde uma guerra revolucionária, que busca implantar, pela violência, concepções que não mais se podem impor pela qualidade de sua substância.

Nenhuma nação, por mais forte que seja, conseguirá o domínio do mundo, nem tampouco nêle se isolar. Cremos ser inútil qualquer arremêdo imperialista, como todo isolacionismo jacobinista. Assim, não vemos outra forma de emergir das dificuldades que, não sòmente nos inquietam, mas que desafiam os países ricos, senão a de promover o desenvolvimento em dimensões mundiais.

Só compreendemos o desenvolvimento em benefício do homem e alcançado pelos caminhos que o respeitem, que o exaltem e que o dignifiquem. É nossa profunda convicção que não se devem poupar os princípios éticos como se poupam os recursos materiais, sob a justificativa de incrementá-los. Não existe economia no plano moral.

E, interpretando como sendo êste também um dos fundamentos de grandeza da civilização brasileira, não podemos ficar neutros na luta entre as democracias e os regimes de violência contra o homem, assim como asseguramos nossa decidida participação no esforço de eliminar as desigualdades entre as nações.

Meu Govêrno, buscando sempre a harmonia com os podêres legislativo e judiciário, de acôrdo com os mandamentos constitucionais, identificado com a vontade dos homens e mulheres de tôdas as idades, e com a abnegação das Fôrças Armadas integradas ao povo a que servem, confia em que a Revolução de Março de 1964 haverá de ficar na História como o tempo em que se construiu a grandeza dêste País."

